



Foto Adão Nascimento-Telefoto Estado

O chairman do Bank of Montreal garantiu a Sarney que os bancos não têm pressa

Bancos prometem não pressionar o governo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os bancos credores não estão com pressa de renegociar com o Brasil o novo esquema de pagamento da dívida externa, porque compreendem que o novo governo precisa de tempo para se inteirar dos entendimentos já realizados, e do que pode ser aproveitado ou não. Essa afirmação foi feita, ontem, pelo Chairman do Bank of Montreal, um dos dez maiores credores do Brasil, J. W. Mulholand, depois de audiências com o presidente José Sarney e com o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles.

A Sarney, o presidente do Bank of Montreal, que tem assento no comitê assessor de bancos credores do Brasil, manifestou seu pesar pelo falecimento do presidente eleito Tancredo Neves, e ofereceu solidariedade ao novo governo. O presidente do Banco Montreal de Investimentos, Pedro Leitão da Cunha, que o acompanhava, não respondeu se essa solidariedade poderia traduzir-se em novos empréstimos.

Indagado sobre uma suposta rejeição do Brasil à auditoria do Fundo Monetário Internacional — FMI — enquanto durar a nova renegociação, o chairman do Bank of Montreal disse que não tomou conhecimento dessa posição por parte do Brasil. Na audiência com Dornelles, Mulholand também conversou rapidamente

com o presidente do Banco Central, Antonio Carlos Lemgruber.

PROBLEMAS

A decisão do Ministério da Fazenda, de endossar as negociações da dívida externa acertadas preliminarmente com os banqueiros pelo governo anterior, vem preocupando importantes técnicos do atual governo, para os quais o esquema de pagamento acertado representará fortes restrições à expansão da economia brasileira e a possibilidade de realização de um combate eficiente à inflação. Para técnicos do Banco Central, o objetivo real do esquema proposto pelos bancos credores do Brasil, no ano passado, é o de criar condições para que seja rapidamente reduzida a elevada *exposure* dos principais bancos credores, que, não por coincidência, são dos Estados Unidos e encontram-se representados no comitê assessor chefiado por William Rhodes, no Citibank.

Entendem técnicos de alguns setores do governo que o novo acordo com os bancos credores deve ser rediscutido, porque as vantagens com relação aos acordos anteriores são bem menos significativas do que as autoridades econômicas, passadas e atuais, tentam apresentar à Nação. Na realidade, o esquema de pagamento da dívida brasileira, pelo acordo preliminar deixado por Delfim, Galvães e Pastore, não passa da formalização de um fato já aceito: de

que precisam aceitar um refinanciamento plurianual das parcelas do principal.

As desvantagens, porém, começam justamente aí, porque o novo esquema de pagamento prevê um sistema de amortização gradual que envolve o pagamento crescente das parcelas do principal. Isso, na opinião de técnicos do BC, representa um retrocesso em relação às expectativas geradas pela Nova República, porque prevalece uma premissa perigosa: de que o Brasil, principal devedor do mundo, terá recursos não apenas para pagar toda a conta de juros, estimada em US\$ 11 bilhões, mas também de arcar com pagamento crescente do principal nos próximos anos.

O esquema preliminar, que o ministro Francisco Dornelles colocará na mesa de discussões esta semana com banqueiros em Nova York, também prevê a ausência de dinheiro novo dos bancos credores nos próximos anos, e isso, conforme os técnicos, pode afetar até a negociação com o Clube de Paris. Explicam esses técnicos que o Brasil pode também ser conduzido a reescalonar apenas o principal quando, até o esquema anterior, a negociação abrangia inclusive os juros. Tudo isso contribui para aumentar o volume de pagamentos a ser realizado pelo Brasil nos próximos anos, comprometendo o desenvolvimento interno.